



TUDELÂNDIA CENTRAL ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 02.233.034/0001-51

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 01 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022	Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	5.016.220	2.323.864	
Caixa restrito (Nota 4)	216.413	230.370	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis (Nota 5)	861.005	844.043	
Adiantamentos e despesas antecipadas	34.906	18.693	
Impostos a recuperar (Nota 6)	29.343	29.343	
Não circulante			
Mútuo com partes relacionadas (Nota 7)	4.041.153	5.187.062	
Cheques de terceiros em poder da Companhia	-	1.049.623	
Imobilizado (Nota 8)	5.638.296	6.202.275	
Total do ativo	9.679.449	12.438.959	
Passivo e patrimônio líquido	2023	2022	
Circulante			
Empréstimos (Nota 9)	312.004	707.615	
Fornecedores e outras contas a pagar	113.681	44.431	
Salários e contribuições a recolher	11.445	15.691	
Impostos a recolher	30.262	86.802	
Dividendos a pagar	193.911	560.967	
Outras contas a pagar	-	4.749	
Não circulante			
Empréstimos (Nota 9)	-	224.716	
Total do passivo	661.303	1.644.971	
Patrimônio líquido (Nota 10)	2023	2022	
Capital social	10.026.687	10.026.687	
Reserva de lucros	4.398.900	3.692.931	
Reserva legal	750.446	520.683	
Total do patrimônio líquido	15.176.033	14.240.301	
Total do passivo e patrimônio líquido	15.837.336	15.885.272	

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 01 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	2023	2022	Reapresentado
Operações continuadas			
Receita de vendas de energia elétrica (Nota 14)	6.467.679	5.943.895	
Custos com produção de energia elétrica (Nota 15)	(1.603.949)	(1.457.986)	
Lucro bruto	4.863.730	4.485.909	
Outras Receitas			
Despesas administrativas	(778.071)	(998.716)	
Lucro operacional	4.085.659	3.487.194	
Despesas financeiras (Nota 16)	832.588	752.782	
Despesas financeiras (Nota 16)	(128.635)	(182.079)	
Despesas financeiras, líquidas (Nota 16)	703.953	570.703	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.789.612	4.057.897	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)	(194.347)	(197.944)	
Lucro do exercício das operações continuadas	4.595.265	3.859.953	
Lucro líquido do exercício	4.595.265	3.859.953	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 01 de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	2023	2022	Reapresentado
Reservas de lucros			
Capital social			
Reserva legal			
Reserva de retenção de lucros			
Lucros acumulados			
Total			Reapresentado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	10.026.687	327.685	1.281.226
Lucro líquido do exercício (Reapresentado)	-	-	3.859.954
Constituição de reserva legal	-	-	(1.255.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	10.026.687	520.683	3.692.931
Lucro líquido do exercício	-	-	4.595.265
Dividendos a distribuir	-	-	(3.659.532)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.026.687	750.446	4.398.900

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexo operacional: A Companhia tem por objetivo exclusivo a produção independente de energia elétrica, do potencial hidráulico denominado PCH Tudemlândia, com 2.400kW de potência instalada, localizada no rio Santíssimo, afluente do rio Grande, na bacia hidrográfica do rio Parába do Sul, município de Santa Maria Madalena, Estado do Rio de Janeiro, caracterizada como pequena central hidrelétrica nos termos da Resolução ANEEL nº 394, de 04 de dezembro de 1998, cuja autorização foi concedida pela Resolução ANEEL nº 708 de 17 de dezembro de 2002. A Companhia é controlada pela Denge Engenharia e Consultoria Ltda., com sede no Rio de Janeiro. A concessão possui prazo de vigência de 30 anos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, ou seja, 17 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme condições estabelecidas pela ANEEL, e desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições do contrato de concessão e na legislação do setor. Após o término da vigência dessa concessão, os bens e instalações vinculadas à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União. Em junho de 2004, a Companhia firmou contrato de venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletronorte, pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada de início da operação comercial, vigorando o contrato até 18 de janeiro de 2026. Este contrato de compra e venda de energia foi pactuado por intermédio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas e Energia Elétrica (PROINFA). Desde o início da operação a Companhia vem celebrando com a Energisa Soluções S/A, renovações contratuais de operação e manutenção de rotina da Casa de Força da PCH - Pequena Central Hidrelétrica sendo a última renovação com vigência até 17/07/2025. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em maio de 2010, porém somente a partir de 1º de junho de 2010 foi registrada a produção e faturada a primeira venda de energia para a Eletronorte. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 01 de março de 2024. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os novos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), em específico o CPC para Centralizadas de Impostos e Recebíveis. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 12 meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos Financeiros:** São quaisquer ativos que sejam dinheiro, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra Empresa; ou contrato que será ou que poderá vir a ser liquidado pelos instrumentos patrimoniais (como ações) da própria Companhia. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (b) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. (c) Juros: As receitas dos juros referente ao mútuo com a empresa Denge Engenharia Consultoria Ltda, foram calculadas com base na Taxa de Juros Selic. **2.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decorso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.5. Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são representados por retenções de IRPJ e CSLL retidos sobre faturamento e aplicações financeiras, os quais serão compensados com impostos devidos administrados pela Receita Federal do Brasil. Os mesmos estão sujeitos a revisões pelas autoridades fiscais durante os diferentes períodos prescricionais previstos em legislação específica. **2.6. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. Compreende basicamente, o direito de uso da infraestrutura construída ou adquirida pelo Concessionário, como parte do contrato de autorização para geração de energia elétrica. É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O saldo do ativo imobilizado relacionado à infraestrutura é depreciado pelo período de autorização, isto é, até 2032, considerando o método que, na avaliação da administração, melhor reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados, que é aquele que coincide com o mecanismo da tarifa da venda de energia. Nesse sentido, a despesa de depreciação é apropriada de forma linear no prazo da autorização (período em que o serviço público é prestado utilizando a infraestrutura). As correspondentes taxas de depreciação utilizadas, assim, são determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a taxa útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura para efeito de determinação da tarifa ou prazo de autorização, dos dois o menor. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa de vida útil econômica dos bens. **2.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. **2.8. Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas não estabelecem o valor provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nessa caso, a taxa é dferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **2.9. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, isto é, as receitas e despesas são registradas no momento de sua ocorrência. **2.10. Reapresentação das Demonstrações Financeiras do ano 2022:** As demonstrações financeiras de 2022 foram reapresentadas para refletir os efeitos retroativos dos ajustes realizados para contemplar os lançamentos no montante de R\$ 35.287,69 no resultado. Os demais ajustes podem ser assim apresentados: a) Despesas Administrativas: Foram estornados valores: 1. Pro-labore 2022: R\$ 29.501,88; 2. Cheques a compensar 2014: R\$ 4.685,83; 3. Férias 2022: R\$ 1.099,98.

8. Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens que compõe a PCH, que serão devolvidos à União ao final da concessão e estão registrados ao custo de aquisição.

CUSTO	Obras Cívicas	Máq. e Equip./Turbinas	Barragens	Equip. e Instalações	Construção	Imobilizado	Total
Em 1º de janeiro 2023	8.639.807,01	3.108.146,09	1.977.377,87	339.587,69	39.198,49	87.220,00	14.191.337,15
Aquisição				50.000,00			50.000,00
Baixa							
Em 31 de dezembro 2023	8.639.807,01	3.108.146,09	1.977.377,87	389.587,69	6.899,86	87.220,00	14.209.038,52

17. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração